

O NOSSO LIXO

Jogar fora requer consciência

Responsabilidade ambiental impede que a Dona Catarina coloque tevê estragada na lixeira



MARCELO
KERVALT

marcelo.kervalt@grupoposinos.com.br

Durante uma década, Catarina Maria Esparremberger, de 54 anos, e seus familiares se reuniram diante da televisão para assistir aos seus programas preferidos. Neste período, acomodados no sofá da sala e de frente para o aparelho de 29 polegadas, torceram pela seleção brasileira em três Copas do Mundo, acompanharam três eleições presidenciais

e viram a repercussão do maior desastre da aviação nacional, quando, em 2007, um Airbus da TAM derrapou na pista de Congonhas matando 199 pessoas.

No entanto, a companheira de dez anos da família Esparremberger seguiu o seu ritmo de envelhecimento até parar de funcionar por completo em 2015. O custo tornou o conserto inviável e a vida útil do aparelho chegou ao fim, dando início ao martírio de Dona Catarina. “Quando conseguimos comprar foi uma felicidade. E pra descartar, uma dor de cabeça”, comenta a dona de casa.

Consciente de que aparelhos eletrônicos não devem ser jogados no lixo comum, Dona Catarina procu-

rou formas de se desfazer da televisão. Mas, sem carro e com o marido doente, se viu incapaz de levar o aparelho até um local apropriado para desmanche. “Eu não quero largar na beira da estrada porque sei que alguém vai pegar, tirar o que precisa e jogar o resto no rio. Não quero este destino para a tevê”, diz.

E, justamente por isso, Dona Catarina dá rosto à série de reportagens *O Nosso Lixo*, que inicia hoje e que detalha as alternativas corretas de se fazer o descarte de resíduos, as consequências ambientais da gestão inadequada e a atual situação da logística reversa no Estado. Há também uma versão exclusiva no site com fotos, gráficos e depoimentos em vídeos.

Este televisor foi importante para Dona Catarina e sua família por cerca de dez anos. Mas, quando estragou e precisou ser descartado, não se tornou um prejuízo para o ambiente.



FOTOS MARCELO KERVALT/GES-ESPECIAL

AMANHÃ: o trabalho das empresas especializadas em gestão de resíduos, as consequências do descarte incorreto e o que as federações comercial e industrial do Rio Grande do Sul têm a dizer sobre a logística reversa.

O QUE A DONA CATARINA DEVE FAZER COM A TEVÊ

Portanto, a Dona Catarina deve entregar a televisão estragada na loja onde comprou o equipamento. O comerciante, por sua vez, devolverá o eletroeletrônico ao fabricante do produto. Este, tem o dever de reutilizar ou dar a destinação correta para cada componente. A hamburguense pode, também, ligar para a Prefeitura de Novo Hamburgo e solicitar o recolhimento do aparelho em uma data a ser marcada. “Todos os anos nós fazemos ações sociais na semana do Meio Ambiente e recolhemos tevês, vidros e outros materiais. Assim, ela não precisa sair de casa, pois iremos deslocar um veículo até lá”, avalia Bonato. Outra opção é pedir para algum amigo ou familiar que tenha carro levar a televisão a empresas especializadas em gestão de resíduos pós-consumo com foco em reciclagem. Há, ainda, em alguns municípios, entidades que recebem gratuitamente esse tipo de produto e, por meio de parcerias, encaminham para as empresas especializadas. Em Novo Hamburgo existe a Sociedade Ginástica Novo Hamburgo e o Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas) que prestam esse tipo de serviço.

ESTÁ NA LEI

Conforme o artigo 33 da Lei 12.305/10, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

ESTADO COMO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Na proposta de responsabilidade ambiental, cabe ao governo do Estado, por meio do seu órgão fiscalizador ambiental, supervisionar a destinação final destes resíduos. Conforme a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (Sema), há falhas nos acordos de recolhimento feitos com os fabricantes, como é o caso dos pneus inservíveis. No entanto, segundo a assessoria de imprensa da Sema, o sistema está sendo melhorado gradativamente.

Use seu
smartphone
e um leitor de
códigos QR para
ver reportagem
multimídia



VEJA REPORTAGEM
MULTIMÍDIA NO
jornalnh.com.br



“É utópico pensar em toda a população seguindo a conduta ambientalmente correta”, diz a coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos da Abes-RS, Alba Ferreira da Rosa.

Uma solução complexa

“Eu acho que cidades do tamanho de Novo Hamburgo deveriam ter, em cada bairro, um lugar para a comunidade colocar esse tipo de resíduo (eletroeletrônicos). Mas que a gente pudessem ter a certeza de que esse material teria o destino correto”, sugere Dona Catarina, citando os espaços escolares como alternativa de depósito dos equipamentos.

O secretário de Meio Ambiente de Novo Hamburgo, Eduardo Bonato, contrapõe a sugestão, lembrando das complexidades de tomar essa proposta viável. “Há diferenças entre o clamor público, a vontade política e o embasamento legal. Se eu fosse fazer isso, eu precisaria estabelecer todo o regramento para uma atividade dessa dentro de um estabelecimento de ensino. Eu estou partindo do princípio de que a escola vai desenvolver uma nova atividade e, portanto, eu precisaria dar condições para isso, elaborar o Plano de Prevenção Contra Incêndio, conseguir o licenciamento ambiental, contratar um responsável técnico e etc”, comenta.

Bonato lembra que no caso de Dona Catarina – e de outras pessoas que possuam aparelhos eletroeletrônicos – se aplica o sistema da logística reversa, que exige dos fabricantes e vendedores a responsabilidade pelo retorno de seus produtos descartados e a adequada destinação ao final de seu ciclo de vida útil. “Está contemplado em legislação que as indústrias têm responsabilidade sobre o que produzem. Além disso, existem empresas especializadas que recebem esses materiais e dão o destino correto. Umas cobram por isso, outras não”, salienta o secretário.

? A LOGÍSTICA REVERSA

Em 12 de agosto de 2010, pela Lei 12.305/10, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que definiu os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos em âmbito nacional. Entre os conceitos introduzidos está a responsabilidade compartilhada - por fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos - pelo ciclo de vida dos produtos. A intenção é diminuir o volume de resíduos e rejeitos gerados e reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do descarte destes.

A fim de viabilizar esta responsabilidade compartilhada, entra a logística reversa como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a concretizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

A logística reversa responsabiliza as empresas e estabelece uma integração de municípios na gestão do resíduo. Neste processo, os produtores de um eletroeletrônico, por exemplo, têm que prever como se dará a devolução, a reciclagem a destinação ambiental adequada daquele produto, especialmente dos que poderão retornar o ciclo produtivo. Cabe aos consumidores devolverem os produtos que não são mais usados. As indústrias cabe a retirada destes produtos pela logística reversa, seja para reciclá-los ou reutilizá-los. Da mesma forma, a administração municipal é incumbida de criar campanhas de educação e conscientização, além de fiscalizar a execução das etapas da logística reversa. As cadeias de logística reversa vêm sendo melhor estruturadas por meio de acordos setoriais conforme editais de chamamento do Ministério do Meio Ambiente.



Assim como materiais orgânicos e inorgânicos, não se pode colocar no “mesmo saco” lixo e resíduo, embora o senso comum trate ambos como sinônimos. Resíduos são as sobras que podem ser recicladas. O restante é lixo.

O NOSSO LIXO

Descarte incorreto, prejuízo incalculável

Quarenta por cento dos resíduos produzidos no País têm destino impróprio



MARCELO KERVALT

marcelo.kervalt@gruposinos.com.br

Resíduos suficientes para encher 168 estádios do Maracanã são descartados anualmente de forma incorreta em aterros. Ou seja, são 24 milhões de toneladas de materiais potencialmente recicláveis jogados fora em locais que, mesmo controlados, em geral não oferecem proteção adequada ao meio ambiente e à saúde pública.

Esses dados, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), mostram ainda que cerca de 40% dos resíduos sólidos urbanos produzidos pela população brasileira deixam de ser coletados e têm destino impróprio.

A coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-RS), Alba Ferreira da Rosa, diz que o descarte incorreto sempre gera impacto ambiental e problemas à saúde pública. “Em se tratando de resíduos eletroeletrônicos se torna muito pior a situação, pois a presença de metais pesados e de substâncias tóxicas nestes materiais causam problemas na área neurológica e endócrina irreversíveis”, explica.

Emissão de gases nocivos pela putrefação, alagamentos e inundações, contaminação do solo, poluição das águas e transmissão de doenças também são consequências do descarte irregular de resíduos, problema relatado na série *O Nosso Lixo* que apresenta hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, empresas ambientalmente corretas e as avaliações dos setores comercial e industrial sobre a logística reversa no Estado.

ENTREVISTA LUIZ CARLOS BOHN



O presidente do Sistema Fecomércio/RS, Luiz Carlos Bohn, fala sobre a logística reversa no setor comercial, os desafios e o comprometimento mútuo para que o programa se fortaleça.



MARCELO KERVALT/GES-ESPECIAL

As 24 milhões de toneladas de materiais potencialmente recicláveis jogadas fora irregularmente no País anualmente são suficientes para encher 168 Maracanãs.

Qual é a importância da logística reversa no entendimento do Sistema Fecomércio?

Luiz Carlos Bohn - O tema sustentabilidade é de relevância para o Sistema Fecomércio na medida em que busca soluções equilibradas nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. A logística reversa deve ser entendida como uma união de esforços de todos os segmentos empresariais, do poder público e também da sociedade. Se não houver um bom entendimento de todas as partes envolvidas e o cumprimento de cada responsabilidade atribuída às partes, a logística reversa não se concretiza.

O setor comercial tem feito a sua parte?

Bohn - Existem iniciativas por parte do comércio, principalmente nos resíduos de lâmpadas. No entanto, é preciso ter cautela para a implantação da logística reversa, pois existem requisitos legais que pre-

cisam ser atendidos, envolvendo entidades públicas e privadas, onde o principal objetivo é a destinação correta dos resíduos coletados. Por isso, não basta apenas coletar, é preciso assegurar todo o processo da logística.

Como os empresários têm lidado com esta questão?

Bohn - A principal preocupação do segmento empresarial consiste no custo de implantação da logística reversa, uma vez que poderá onerar o consumidor final. Outra preocupação é promover o esclarecimento do consumidor para o descarte correto, garantindo uma etapa importante da logística reversa.

Há fiscalização do Sistema Fecomércio para que a logística reversa de fato seja aplicada no setor?

Bohn - Não há fiscalização, pois não é uma atribuição

única e exclusiva da entidade. Nosso papel é orientar. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, no artigo 25, estabelece que o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta lei e em seu regulamento.

Vocês orientam os comerciantes a receberem produtos comprados em outro estabelecimento?

Bohn - Não podemos incentivar esta prática, pois é uma decisão de cada estabelecimento comercial. A solução é complexa e a viabilidade econômica da logística reversa é um dos fatores importantes que está sendo discutido. No entanto, é imprescindível que todas as partes envolvidas, poder público, setor empresarial e a sociedade assumam a sua parte no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

AMANHÃ: saiba onde descartar corretamente cada tipo de resíduo nas principais cidades da região.

ENTREVISTA TORVALDO MARZOLLA FILHO



A união de esforços é o pilar de sustentação da logística reversa para o coordenador do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Torvaldo Marzolla Filho.

Qual é a importância da logística reversa no entendimento da Fiergs?

Torvaldo Marzolla Filho - É um instrumento muito importante para a redução de impactos ambientais e para reinserção de resíduos como matérias-primas nos processos industriais, assim como para redução da extração de recursos naturais do meio ambiente. A Fiergs sabe, também, que o sucesso da logística reversa não está atrelado apenas aos esforços do setor industrial. A criação de instrumentos legais ou normativos que propiciem segurança jurídica para alguns sistemas de logística reversa, a participação do varejo, comércio e da sociedade é de fundamental importância para o êxito deste importante instrumento.

O setor industrial tem feito a sua parte?

Marzolla - O setor industrial vem estruturando cadeias de logística reversa desde a década de 1990 com a publica-

ção da Lei de Agrotóxicos no País. Entre os anos de 2000 a 2010 foram os fabricantes de pneus, pilhas, baterias e óleos lubrificantes obrigados a estruturar sistemas de logística reversa. A partir da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, novos segmentos industriais foram chamados a estruturar sistemas de logística reversa por meio de acordos setoriais, conforme editais de chamamento do Ministério do Meio Ambiente. Alguns segmentos industriais já estão bem perto do recolhimento de todos os resíduos.

Como os empresários têm lidado com a questão?

Marzolla - Os empresários têm trabalhado de forma organizada junto com as suas associações nacionais, sindicatos patronais, federações de indústria e outras instituições, seja para potencializar a coleta dos resíduos onde a logística reversa já está em vigor ou para viabilizar a criação de sistemas de logística reversa que estão sendo construídos.

Há fiscalização da Fiergs para que a logística reversa de fato seja aplicada pela indústria?

Marzolla - A Fiergs não fiscaliza, porém, entende que tem um papel importante na orientação e qualificação do empresário para compreender as responsabilidades de sua indústria na logística reversa, além de defender o interesse e criar um ambiente adequado para a implantação.

Esses resíduos geram lucro para as indústrias?

Marzolla - Os resíduos de uma indústria sempre serão vistos como despesas, pois poucos possuem valor comercial capaz de gerar significativas receitas. A cadeia da reciclagem precisa de incentivos econômicos e tributários para estimular seu desenvolvimento e potencializar a reciclagem no País. Outro fato que inviabiliza a lucratividade dos resíduos é a situação logística. Quanto mais distante a unidade de processamento de resíduos estiver da origem de geração, maior será o custo para sua reciclagem.

DA INDÚSTRIA ATÉ A REUTILIZAÇÃO
O caminho do resíduo



Infográfico mostra o trabalho realizado pelas empresas especializadas em gestão de resíduos. Alguns processos podem variar de estabelecimento para estabelecimento

Mercado das sobras

Contratar empresas especializadas em gerir resíduos é uma opção para as indústrias e pessoas físicas entrarem no processo de responsabilidade ambiental compartilhada. Em Novo Hamburgo, existe a Descarte Certo – Unidade Sul, com funcionários que vão até as empresas, coletam os resíduos de eletroeletrônicos, pilhas, baterias, entre outros, e os transportam para a sua sede. Lá, ocorre o armazenamento temporário, a desmontagem dos produtos e a destinação correta. O diretor comercial, Érico Pedro Scherer Neto, lembra que a Descarte Certo trabalha também com a coleta de cartuchos e tonners, eliminação de dados de mídias de todos os tipos e com a destruição de resíduos não recicláveis para envio a cimenteiras, serviço chamado de coprocessamento.

Embora 95% dos seus clientes sejam corporativos, a Catarina Maria Esparremberger, personagem da primeira reportagem desta série, que não sabia o que fazer com a sua televisão, pode procurar a Descarte Certo – Unidade Sul ou outras empresas do ramo para descartar o aparelho estragado. “O nosso foco não está voltado às pessoas físicas, mas as portas estão sempre abertas. Cada vez mais pessoas vêm aqui descartar ade-

Onde descartar

Descarte Certo – Unidade Sul

Endereço: RS-239, 3.060, Novo Hamburgo
Contato: (51) 3587-1239

Otser

Endereço: Avenida dos Municípios, 7.360, Campo Bom
Contato: (51) 3556-0044

FAZER CERTO PARA NÃO PIORAR

Ambientalmente correta, a Seta, empresa sediada em Estância Velha desde a sua fundação, em 1941, produz especialidades químicas e taninos vegetais extraídos da acácia negra utilizados no curtimento do couro. O extrato vegetal desta árvore também é usado na fabricação de clarificantes e floculantes para tratamento de caldo de cana, de águas e efluentes. Conforme a engenheira ambiental e encarregada de Meio Ambiente, Roberta Cristina Kaufmann, a empresa possui um sistema de gestão ambiental que prioriza a educação e a prática dos 8Rs (refletir, reduzir, reutilizar, reciclar, respeitar, reparar, responsabilizar-se e repassar). “Aqueles resíduos que não podem ser evitados, são destinados para prestadores de serviço especializados, priorizando a reciclagem, o tratamento, a descontaminação e as destinações que minimizam o impacto ambiental”, diz. Se atitudes como estas não forem levadas a sério pelo setor industrial como um todo, os problemas ambientais como poluição das

águas, escassez de peixes, contaminação do solo, entre outros, irão se acentuar, avalia a coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-RS), Alba Ferreira da Rosa. “Se a consciência ambiental persistir mínima, como é hoje, e com o consumo desenfreado que ocorre, levando para um aumento do desperdício de resíduos, estaremos com a saúde mais afetada, sem responsabilidade alguma de nossos atos poluidores”, diz. Para Alba, uma consciência ambiental ampla é, também, uma questão de respeito mútuo. “Envolve mudança de cultura, de modo de ver e interagir com o outro”, acrescenta.



Use seu smartphone e um leitor de códigos QR para ver reportagem multímdia

VEJA REPORTAGEM EM VÍDEO NO **jornalnh.com.br**

O NOSSO LIXO

Ciclo sustentável é garantido por catadores

Cooperativa faz coleta de resíduos e transforma o material em oportunidade de vida



MARCELO KERVALT
marcelo.kervalt@gruposinos.com.br

Uma ideia que saiu do papel há 6 anos tem enchido os hamburgueses de orgulho e servido de inspiração para outros municípios do Estado. O Programa Municipal de Gestão Social de Resíduos Sólidos, o Catavida, que tem por objetivo a geração de trabalho e renda, a inclusão social, a economia solidária e a preservação ambiental, já tornou-se um referencial na região, conquistando oito prêmios nacionais. É graças a esse programa que 300 das 5 mil toneladas de resíduos produzidas mensalmente em Novo Hamburgo são recicladas. Esse volume está diretamente ligado à efetivação de um trabalho balizado na política pública de economia solidária e, sobretudo, condicionado às políticas de assistência social e de meio ambiente.

Catadores do Município participam de aulas, recebem uniformes e os equipamentos necessários para realização da coleta nas ruas e da triagem, já que posteriormente os resíduos serão vendidos separadamente. Atualmente, 80 integram o Catavida e têm uma renda mensal de aproximadamente dois salários mínimos.

A coleta seletiva ainda não foi implantada em todo o Município, no entanto, nas áreas onde se aplica a obrigatoriedade da separação, os catadores utilizam um pequeno veículo motorizado para fazer a coleta. Nos outros pontos, caminhões compactadores realizam este trabalho, recolhendo junto os materiais orgânicos. No entanto, isso não significa que a população destes bairros esteja isenta da triagem em casa.

Conforme o presidente da Coolabore, cooperativa responsável pela mão de obra do programa, Paulo Ricardo Bohn, a triagem é de fundamental importância. “Se o material chega em sacos separados aqui na Central de Reciclagem, ainda que no mesmo caminhão, fica mais fácil e rápido distinguir o que tem valor de venda do que irá seguir para o aterro sanitário”, diz. Além disso, a contaminação dos recicláveis diminui o seu preço. Com esta reportagem o Jornal NH encerra a série *O Nosso Lixo*.



MARCELO KERVALT/GES-ESPECIAL

RENDA VEM DAS SOBRAS

Na ponta final do processo de separação dos resíduos gerados em Novo Hamburgo está **Irma Fátima Buttinger**. Aos 65 anos, ela pode dizer orgulhosa que conseguiu terminar de colocar o forro, o piso e as repartições da casa onde mora. A mãe de cinco filhos é uma das pessoas responsáveis pela triagem na Central de Reciclagem. O que passa por ela e por seus colegas que trabalham na esteira vai para o aterro. O que eles separam e colocam em tonéis gera renda para a cooperativa. Com o sorriso aberto, entrega como a sua vida mudou após o surgimento do Catavida. “Melhorei financeiramente. Hoje eu posso sair, passear, fazer o que gosto. Antes eu não tinha lazer nenhum e ganhava só pra comer, mal e mal ainda”, comenta. Além de conseguir fazer o que gosta, hoje sobra dinheiro para ajudar os filhos, o que lhe deixa ainda mais contente. “É muito bom, né?”, finaliza com uma pergunta que ela mesma responde apenas com o sorriso. “O Catavida para os catadores é transformador, uma vez que permite uma renda digna, além do trabalho social que lhes concedeu uma maior dignidade. Vale destacar a consciência ambiental que eles adquiriram por meio do trabalho desempenhando na cidade”, destaca a assistente social do Catavida, Rúbia Goetz.

NÚMEROS A FAVOR DA NATUREZA

Segundo o Instituto de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), instituição responsável pela gestão da logística reversa de agrotóxicos no País, aproximadamente **95%** das embalagens primárias de agrotóxicos (aquelas embalagens que estão em contato direto com o produto) são recolhidas e destinadas adequadamente.

A Reciclanip, instituição responsável pela gestão da logística reversa de pneus, com sede em São Paulo, retirou do meio ambiente **445 mil toneladas** de pneus inservíveis em 2014, o equivalente a **89 milhões** de pneus de veículos de passeio.

RESÍDUOS

ONDE DESCARTAR NAS PRINCIPAIS CIDADES DA REGIÃO



Pneus, lâmpadas, pilhas e baterias devem ser descartados nos locais onde foram adquiridos

CAMPO BOM

Óleos de cozinha: bem acondicionado, podem ser descartado na coleta seletiva (lixo seco) ou levado até um Ponto de Entrega Voluntária (PEV), nas escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e logradouros públicos. **Pilhas e baterias:** há também coletores nas escolas e UBSs.

Eletroeletrônicos em geral: podem ser recolhidos pelo Projeto Caco Treco. Para este serviço existe um calendário que foi entregue em todas as residências do município. O contribuinte deve agendar o recolhimento destes materiais pelo telefone (51) 3598-8643. A Secretaria do Meio Ambiente desloca o caminhão no endereço solicitado.

Remédios: há pontos de descarte junto a farmácias ou outros órgãos ligados à saúde.

Resíduos de pequenas construções: são de responsabilidade do gerador e devem, portanto, ser encaminhados para empresas que recebem este tipo de resíduo.

Móveis sem condições de uso: podem ser recolhidos pelo Projeto Caco Treco. Para este serviço existe um calendário que foi entregue em todas as residências do município. O contribuinte deve agendar o recolhimento destes materiais pelo telefone (51) 3598-8643. A Secretaria do Meio Ambiente desloca o caminhão no endereço solicitado.

Ganhos de podas autorizadas: agendar o recolhimento com a Secretaria de Obras pelo telefone (51) 3597-1202. De maio a setembro é realizado o calendário de podas na cidade.

DOIS IRMÃOS

Óleos de cozinha: colocar em recipientes PET, bem vedados, e dispor junto com os resíduos secos para recolhimento na coleta seletiva, nos horários determinados pela Secretaria de Serviços Urbanos.

Pilhas e baterias: há também pontos de coleta na prefeitura e nas escolas municipais.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido ou encaminhar para o Ceami.

Remédios: entregar na Unidade Básica de Saúde mais próxima.

Resíduos de pequenas construções: a Lei Municipal nº 2.522/2008 diz que os geradores devem separar os resíduos por classe e contratar empresas licenciadas para realizar a destinação correta.

Móveis sem condições de uso: a Lei Municipal nº 2.522/2008 diz que os geradores devem separar os re-

síduos por classe e contratar empresas licenciadas para realizar a destinação correta.

Ganhos de podas autorizadas: entrar em contato com a Secretaria de Serviços Urbanos para encaminhamento. Após contato com a Secretaria de Serviços Urbanos, o solicitante deve colocar, na data agendada, os resíduos em frente a sua residência. Informações: (51) 3564-8800.

ESTÂNCIA VELHA

Óleos de cozinha: há empresas credenciadas que recebem. Contatos: (51) 3561-8150.

Pilhas e baterias: a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica (Semape) também acolhe esses materiais.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido.

Remédios: descartar no local adquirido.

Resíduos de pequenas construções: gerador do resíduo deve contratar uma empresa de tele-entulho para recolhimento.

Móveis sem condições de uso: gerador do resíduo deve contratar uma empresa de telentulho para recolhimento.

Ganhos de podas autorizadas: gerador do resíduo deve contratar uma empresa de tele-entulho para recolhimento.

Dúvidas podem ser sanadas na Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica (Semape) pelo telefone (51) 3561-7052.

IVOTI

Óleos de cozinha: entregar na Secretaria de Meio Ambiente, escolas municipais ou diretamente no Centro de Educação Ambiental do Município de Ivoti (Ceami). Contatos: (51) 9701-7693.

Pilhas e baterias: há pontos de coleta nas escolas municipais, órgãos da administração pública e alguns estabelecimentos comerciais.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido ou encaminhar para o Ceami.

Remédios: devem ser encaminhados às UBSs hospital ou farmácias.

Resíduos de pequenas construções: o gerador é responsável por contratar transportadora e empresa para destinar os resíduos de forma ambientalmente correta.

Móveis sem condições de uso: há um cronograma de coleta da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Contatos: (51) 3563-7594.

Ganhos de podas autorizadas: há um calendário de co-

leta de podas. Informações: (51) 3563-7594.

NOVO HAMBURGO

Óleos de cozinha: algumas escolas municipais recebem o óleo de cozinha. Contatos: (51) 3594-9999.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido.

Remédios: os medicamentos que o município fornece podem ser descartados no posto de saúde onde o contribuinte pegou o mesmo com a receita médica de comprovante.

Resíduos de pequenas construções: deixar no ecoponto*.

Móveis sem condições de uso: deixar no ecoponto*.

Ganhos de podas autorizadas: deixar no ecoponto*.

*Ecoponto Zona Leste (Canudos), Rua Dublin, 809.

SAPIRANGA

Óleo de cozinha: existem 12 ecopontos para recolhimento de óleo. Há também uma empresa que faz o recolhimento. Contatos: (51) 3599-9500.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido ou procurar um dos ecopontos. Contatos: (51) 3599-9500.

Remédios: descartar no local adquirido.

Resíduos de pequenas construções: até um metro cúbico é recolhido pela Secretaria de Obras mediante agendamento pelo telefone (51) 3959-1026. Acima de um metro cúbico deve ser contratado um telentulho licenciado.

Móveis sem condições de uso: são recolhidos pela Secretaria de Obras mediante agendamento pelo telefone (51) 3959-1026.

Ganhos de podas autorizadas: são recolhidos pela Secretaria de Obras mediante agendamento pelo telefone (51) 3959-1026.

SÃO LEOPOLDO

Óleos de cozinha: colocar o óleo em recipiente fechado e entregá-lo para a coleta seletiva. Contatos: (51) 3526-5407.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido. Aparelhos de linha branca são recolhidos pela coleta seletiva. Devem ser entregues para o caminhão. Contatos: (51) 3526-5407.

Remédios: devem ser entregues nas UBSs ou na Farmácia Básica localizada no ginásio.

Resíduos de pequenas construções: devem ser entregues na Usina de Triagem de Resíduos Inertes, localizada

no bairro Arroio da Manteiga. Contatos: (51) 9243-3868.

Móveis sem condições de uso: podem ser entregues em pequenos volumes na Rua Leopoldo Albino Scherer, 430, bairro Scharlau. Contatos: (51) 3568-4931.

Ganhos de podas autorizadas: podem ser entregues em pequenos volumes na Rua Leopoldo Albino Scherer, 430, bairro Scharlau. Contatos: (51) 3568-4931.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Óleos de cozinha: entregar na Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de São Sebastião do Caí. Contato: (51) 9815-6356.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido. Alguns podem ser entregues na Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de São Sebastião do Caí. Contato: (51) 9815-6356.

Remédios: podem ser descartados nas farmácias, Secretaria de Saúde e hospital.

Resíduos de pequenas construções: cabe ao gerador destinar para uma empresa que receba esses materiais.

Móveis sem condições de uso: cabe ao gerador destinar para uma empresa que receba esses materiais.

Ganhos de podas autorizadas: é de responsabilidade do gerador, podendo destinar a alguma empresa licenciada que recebe este tipo de resíduo ou até mesmo ser utilizado em hortas e canteiros do proprietário.

Informações sobre empresas licenciadas para fazer as coletas devem ser obtidas pelo telefone (51) 3635-2500.

Informações sobre empresas licenciadas para fazer as coletas devem ser obtidas pelo telefone (51) 3635-2500.

TAQUARA

Óleos de cozinha: há ponto de coleta na Secretaria de Meio Ambiente.

Pilhas e baterias: a Secretaria de Meio Ambiente também recebe esses materiais.

Eletroeletrônicos em geral: descartar no local adquirido ou na Secretaria de Meio Ambiente.

Remédios: podem ser descartados na farmácia popular.

Resíduos de pequenas construções: cabe ao gerador destinar para uma empresa que receba esses materiais.

Móveis sem condições de uso: cabe ao gerador destinar para uma empresa que receba esses materiais.

Ganhos de podas autorizadas: há um calendário de poda e coleta que precisa ser respeitado.

DEVER DE CADA UM

A coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-RS), Alba Ferreira da Rosa, lembra que o descarte incorreto de resíduos favorece a proliferação de vetores de inúmeras doenças (ratos, baratas, formigas, moscas, mosquitos). “O mau cheiro e a sujeira contribuem para degradar ainda mais o ambiente, provocando um efeito cascata que estimula as atitudes irresponsáveis de indivíduos, empresas e poder público. Na água temos a poluição e o impacto ambiental muito maior, pois são nossos recursos hídricos a receber inúmeras substâncias (solventes, tintas, etc) encarecendo e, em casos extremos, inviabilizando o tratamento para torná-la potável”, comenta. Alba ressalta ainda que o descarte inadequado de lâmpadas fluorescentes e outros resíduos que contenham substâncias voláteis provoca a liberação de gases tóxicos, a exemplo do vapor de mercúrio, que se acumula nos organismos vivos. “Cada um de nós tem o dever de zelar em seu dia a dia para produzir o mínimo impacto ambiental”, comenta.



Use seu smartphone e um leitor de códigos QR para ver reportagem multimídia



ARQUIVO GES

GIGANTE QUE AGONIZA

A água é um bem precioso e cada vez mais tema de debates no mundo. O uso irracional e a poluição de fontes como rios e lagos podem ocasionar a sua falta muito em breve, conforme estudos da Comissão Mundial de Água. Esses e outros relatórios internacionais demonstram que cerca de 3 bilhões de pessoas no planeta vivem sem o mínimo necessário de condições sanitárias. Mais de um milhão não têm acesso à água potável. Em virtude desses problemas, espalham-se diversas doenças que matam mais de 5 milhões de humanos por ano e sobrecarregam os sistemas de saúde. No quintal dos gaúchos há uma dessas fontes agonizando: o Rio dos Sinos é considerado o mais poluído do Estado. Com 190 quilômetros de extensão, abastece mais de um milhão de pessoas. Para o presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia

Hidrográfica do Rio dos Sinos (Comitêsinos), Arno Kayser, todos têm a sua parcela de culpa pelo rio ter chegado a esse nível, desde a população que joga plástico no chão, até as grandes indústrias e o não tratamento do esgoto doméstico das cidades. “É um somatório de fatores que leva a essa situação”, diz. Uma das ações para reverter o atual panorama é o Projeto VerdeSinos, do Comitêsinos, que desde 2009 trabalha na recuperação e preservação da mata ciliar e educação ambiental. Atualmente, o VerdeSinos está na segunda etapa e tem o propósito de ampliar as ações para a identificação, preservação e recuperação de banhedos, nascentes e encostas. São desenvolvidas 13 pesquisas de mestrado e os dados coletados serão publicados em um atlas de mapeamento. Assunto foi tema de uma série de reportagens em maio no Jornal NH.